

UM NOVO OLHAR SOBRE A QUESTÃO SOCIAL¹

Raimundo Gonzaga Pereira²

INTRODUÇÃO

As profundas transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas na Europa no final do século XIX e início do século XX, desencadeadas pelo processo de industrialização, deram origem a um quadro de problemas sociais que integram a questão social.

A questão social é produto das desigualdades e injustiças, que se instituem pelas relações antagônicas determinadas pela concentração de riqueza e de poder de certas classes sociais e pela pobreza e opressão e outras camadas sociais que constituem a maioria da população.

Esse trabalho faz uma análise da questão social, focalizando as suas novas formas de expressão assumidas no início do século XXI, e que vem se agravando amplamente nos dias atuais e como se produziram os processos componentes da nova questão social.

A questão social no Nordeste, expressa por uma imagem estigmatizada de “região seca” e pelo preconceito de que é vítima a região reforçado por uma literatura que condena o homem ao atraso cultural, e por outros fatores como a presença do latifúndio que concentra a riqueza de poucos em detrimento da pobreza da maioria da população. O êxodo rural promovido pelo avanço do capitalismo no campo, provocando a saída dos pequenos produtores e trabalhadores rurais com suas famílias do campo para a cidade. A modernização da produção rural que precariza o trabalho e palperiza a população camponesa. A análise se orienta para a discussão do papel dos movimentos sociais na luta pela garantia dos direitos sociais e cidadania, bem como para o enfrentamento da crise desencadeada a partir do final dos anos 70(setenta) e que vem promovendo novas formas de exclusão.

A intervenção do Estado e as políticas sociais de combate à pobreza. As respostas dadas pelo Estado a essa questão, por meio de políticas públicas que no lugar do princípio da universalidade e garantia dos direitos sociais e da cidadania, predominam políticas sociais seletivas e emergenciais focalizadas na pobreza extrema, com forma de amenizar os efeitos sociais danosos da questão social, que geram um quadro perverso de pobreza e exclusão

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Local Para Além das Fronteiras: Fontes de Pesquisa e Metodologia Aplicada”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Professor do Departamento de Ciências Sociais das Faculdades Integradas de Patos e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba.

social, tanto na zona urbana quanto no meio rural, onde os atores são agentes e vítimas excluídos dos cenários econômicos, sociais, políticos e culturais.

A QUESTÃO SOCIAL

O Crescente domínio no mercado nos processo econômicos e sociais, a partir dos anos 70, desencadeou novas formas de expressão da questão social que vem tomando ampla dimensão do início do século XXI aos dias atuais. Tais formas de expressão, apesar de se apresentarem variadas assumem amplitude global produzindo efeitos comuns tais como desemprego estrutural, aumento da pobreza e da exclusão social e desmonte dos direitos sociais conquistados a mais de um século. A diferença, contudo, da questão social da fase industrial, em relação ao mundo globalizado, reside não só na complexidade dos desafios que colocam em cheque a ordem instituída, mas no surgimento de novos atores sociais e conflitos, e conseqüentemente de um novo status assumido pelo social no bojo do sistema econômico e da organização política e social.

A novidade dessa nova questão social não foi tanto o crescimento do desemprego e o surgimento de novas formas de pobreza, mas o desmonte da cidadania e o abalo da utopia de construção de uma sociedade livre de incertezas e desamparo sociais.

A ideologia que informa as políticas econômicas e sociais na atualidade – o neoliberalismo – tem rejeitado a responsabilidade do estado para atender a nova questão social. O desemprego volta a ser considerado um resultado natural da economia de mercado e os corte dos gastos com programas sociais passam a ser a medida necessária para a diminuição do déficit público.

A sociedade civil organizada vem enfrentando o agravamento da questão social brasileira através de diferente formas de organização, movimentos sociais, entidades profissionais, sindicatos, setores da igreja, organizações não governamentais (ONGs) atuando isoladamente ou em forma de parcerias.

A QUESTÃO SOCIAL NO NORDESTE

No nordeste os processos que integram a questão social são muito abrangentes, aqui nos deteremos a analisar alguns que entendemos ser mais expressivos da questão, como o problema da seca, o predomínio do latifúndio, o êxodo rural. A modernização da produção e o preconceito de que é vítima a região.

Ao falar nos problemas do nordeste, logo se associa à seca, como se essa fosse uma constante, mas há outros problemas de maior amplitude como a presença do latifúndio concentrador de riqueza e gerador de pobreza e outros, mas elas sociais. O êxodo rural

promovido pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e a falta de ações políticas mais efetivas para fixar o homem no campo, faz com que os pequenos produtores e trabalhadores rurais juntamente com suas famílias, migrem para os centros urbanos às vezes para outras regiões em busca de melhores condições de vida o que nem sempre conseguem, e passam a aumentar o número de excluídos e o inchaço das cidades, passando a viver em favelas na periferia das cidades, gerando outros problemas sociais. O Nordeste passa a ser um centro exportador de mão-de-obra (zona de expulsão) para as regiões sul e sudeste que funcionam como pólo de atração devido ao seu potencial econômico. A modernização da produção rural que responsável pela precarização do trabalho, e pela pauperização e a exclusão social, significativa parcela da população camponesa, sem terra ou sem acesso a essa, tendo em vista a concentração da terra em poucas mãos ou pertencente à agroindústria ou a bancos de exportadores.

Segundo Castel:³

A situação rural integra a questão social à luta pela terra (...) outras lutas por melhores condições de trabalho, de financiamento (...) As elites e os governos pressionados por essas lutas, ou buscaram dinamizar algumas políticas agrícolas sem priorizá-las (...) ou executaram reformas agrárias (...) sem os desdobramentos sociais e políticos que assegurassem a expansão da cidadania, a participação do trabalhador rural nas decisões sobre política agrícola e outras esferas de poder.

No entendimento de Castel as conquistas das classes trabalhadoras em termos econômicos, sociais e políticos ainda são tímidas ou pouco expressivas, considerando que os governos e as elites dominantes continuam tomando as decisões, ignorando o direito de participação dos segmentos sociais a quem se destinam tais decisões.

Criou-se em torno do Nordeste, o estigma da pobreza, reforçado por uma literatura preconceituosa do tipo “Vida e Secas” de Graciliano Ramos e outros que condenam a região à condição de pobreza, fala da seca como se essa fosse constante na região. Manuel Correia de Andrade que fala do homem sujeito às precárias condições de sobrevivência decorrentes do meio natural e confere ao nordestino uma identidade de um “homem forte”, por que ele resiste às atrocidades naturais. A imagem apresentada do nordeste, sempre retrata a pobreza da região, a terra seca, uma vegetação típica da caatinga com folhagem pobre, quase estéril. Determinados seguimentos políticos se apropriaram desse discurso para produzir a “Indústria da Seca”, para servir aos interesses da elite dominante. A seca passa a ser um problema social e político.

A ação governamental, não sendo suficiente para solucionar a questão social no campo, apresentando medidas paliativas por meio de políticas públicas localizadas, faz com que as camadas sociais rurais venham se organizando nos sindicatos e associações, fortalecendo

³ CASTEL, Roberto. As metamorfoses da questão social. p. 103.

o seu movimento de luta contra a dominação e a espoliação dos seus direitos. Lutam pela terra para trabalhar na esperança de reverter esse quadro social perverso de pauperização e exclusão social a que estão relegadas. Sobre essa organização Castel⁴ assim se expressa: “A mobilização dos camponeses e dos trabalhadores rurais vem crescendo (...) trazendo de um lado maior violência e por outro uma maior conscientização (...) da questão social (...)”. Essa afirmação de Castel mostra o grau de violência dos que detêm o controle do poder e o nível de conscientização das camadas trabalhadoras que lutam por direitos sociais.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA

No cenário internacional, dentre os autores que tem dando as maiores contribuições para o estudo dos movimentos sociais destacamos Alaim Toutaine, Manuel Castells.

Para Touraine⁵ “movimentos sociais são ações coletivas que combinam a defesa de interesses com a designação de um propositor. Luta-se contra um adversário social em nome de valores culturais”.

Manuel Castells foi sem dúvidas a principal influência teórica nos estudos produzidos sobre movimentos sociais no Brasil nos anos 70 e 80 ele os redefiniu como:

“(...) Ações coletivas propositivas as quais resultam na vitória ou no fracasso, em transformações nos valores e instituições da sociedade”

A partir de tais conceitos podemos deduzir que, movimento social refere-se a ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de um praxis, portanto: As lutas sociais conferem aos movimentos um caráter cíclico. Eles vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da busca do novo ou reposição / conservação do velho. Estes fatores conferem as ações dos movimentos caráter relativo, ativo ou passivo. Nos bastam as carências para haver um movimento. Elas têm de se traduzir em demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, através de uma ação coletiva.

A partir das considerações acima GOHN⁶, formulou uma definição ampla para o conceito de movimento social:

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sócio-político, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam

⁴ CASTEL, Roberto. As metamorfoses da questão social.p. 105.

⁵ TOURAINE, Alain. Crítica da Modernidade.

⁶ GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. p 46

um campos político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública e privada, participando direta ou indiretamente da luta política de um país e contribuindo para o desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política.

Nos anos 90, com a crise internacional do capitalismo globalizado que atingiu também o Brasil, a luta contra a exclusão social, o desemprego, reformas, reestruturações no mercado de trabalho flexibilização dos contratos etc. passaram a ser a tônica dos movimentos sociais. Os sindicatos dos trabalhadores se enfraqueceram, o número de pessoas a atuar na economia informal multiplica-se centenas de vezes. Os sindicatos passam a lutar contra a política econômica dos governos; muda-se a pauta das reivindicações dos trabalhadores: a luta é para manter o emprego e não por melhores salários ou condições de trabalhos. Os movimentos sociais populares urbanos se desarticulam. A luta social no campo recrudescer e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado nos anos de 80, ganha as manchetes da mídia e torna-se o agente do principal conflito social no país. Os movimentos sociais populares, apesar de apresentarem uma pauta de reivindicações com mais de um milhão de assinaturas, não foram contemplados com nenhum artigo que garantisse os seus direitos na atual Constituição brasileira de 1988 e não conseguiram estabelecer uma correlação de forças com o poder público, capaz de alterar as relações de poder vigente. Em contra partida, a UDR – União Democrática Ruralista conseguiu a aprovação de vários artigos que reforçam os mecanismos de dominação e exploração das camadas mais fragilizadas da sociedade.

Atualmente um número significativo de organizações populares concentradas no terceiro setor composto de associações comunitárias, organizações não-governamentais (ONGs), fundações, pouco afeições à política. O aumento dos índices de violência, de todos os tipos gera um clima de medo e um aparente imobilismo social. Mas ao mesmo tempo estão colocadas todas as condições para o retorno das revoltas dos protestos, já que os conflitos sociais tendem a aumentar, as classes sociais a se antagonizarem, e os movimentos sociais a saírem si refluxo, retornando as mobilizações.

Na esfera política assiste-se há anos a alternância de grupos políticos, sem contudo modificar a correlação de forças políticas resistentes. Nos centros urbanos as camadas populares são as mais atingidas pela crise econômica, a grande maioria reside na periferia das cidades, onde as condições básicas de educação, saúde, saneamento e habitação são

precárias. Grande parte da população está inserida no mercado informal, no sub-emprego, excluída dos seus direitos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Exclusão aqui entendida por SPOSAT⁷, como: *“Uma situação de privação coletiva que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade e não acessibilidade, a não representação pública”*.

O reflexo dessa exclusão expressa-se em situação como: O crescimento da população nas ruas, os sem abrigo, os sem terra no meio rural, o desemprego de longa duração, o crescimento da violência, o uso indevido de drogas, a fragilização das estruturas familiares, etc.

Segundo PEREIRA⁸, isso significa que:

Contemporaneamente, as políticas sociais como mecanismo de regulação de questão social não desapareceram, mas reestruturaram-se na tentativa de responder aos desafios impostos pelas metamorfoses da questão social. Só que, tal reestruturação se deu em detrimento de um projeto secular da sociedade que tinha na liberdade igualitária a sua referência mestra. E isso, em vez de significar um equacionamento alternativo de nova questão social revela-se muito mais como um fator que a reforça, exigindo dos que estão na contra mão da história determinação e preparo intelectual e político para lutar pela prevalência dos valores de uma sociedade livre e igualitária.

Percebe-se que as políticas sociais públicas apresentam um caráter artificialista, são programas descontínuos e visam atender carências emergenciais e Destinam-se a uma clientela específica, ou sejam a uma população que vive em condições de extrema pobreza.

A INTERVENÇÃO DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O papel do Estado com relação as suas funções é de promover a ordem, o bem estar social e a cidadania, no entanto observamos que as respostas dada pelo estado a questão social apresentam modificações comparadas com as que prevaleceram até 20 anos atrás. Os antigos mecanismos de proteção social desenvolvidos por meio de política sociais e públicas, que pretendiam concretizar direitos sociais e cidadania estão se desintegrando. Atualmente em lugar do compromisso governamental com o pleno emprego de políticas sociais universais, predominam políticas sociais seletivas e emergenciais focalizadas na pobreza extrema, como forma de amenizar os impactos da crise que agrava a nova questão social. O governo federal vem implementando alguns programas sociais de caráter assistencial, nas áreas de educação, saúde, habitação, trabalho e assistência social, sem contudo alterar significativamente as condições de vida dessa população, já que esses programas na grande maioria apresentam um caráter seletivo e emergencial que não

⁷ SPOZATI, Aldaíza. Globalização da Economia e Processos de Exclusão Social. p. 67

⁸ PEREIRA, Potyara Amazoneida. A Questão Social e a Reestruturação das Políticas Sociais. p. 57

beneficiam toda a população carente, são destinados apenas aos mais carentes, porque não dizer “miseráveis” já que estes precisam atestar a sua pobreza, ou seja reconhecer-se “não cidadão”.

POLÍTICAS PÚBLICAS

As organizações sociais e as políticas públicas que representam ações de mediação político institucionais referem-se principalmente, a recursos públicos e às formas de intervenção do Estado na sociedade, embora possam também ser implementadas por outros agentes sociais. Essas políticas procuram institucionalizar um marco favorável, gerador de crescimento econômico rural. Silva⁹, entende que:

as políticas, em geral, são resultado de processos sociais, ou seja, da disputa dos diferentes e, muitas vezes, contraditórios interesses presentes na sociedade e nas lutas sociais; isto porque, nas políticas públicas e nas formas de sua realização, estão embutidos os distintos projetos sociais e políticos, dos diferentes setores e classes presentes no atual estágio de desenvolvimento da história do Brasil e do mundo.

Nessa perspectiva, as políticas sociais são vistas como parte de um conjunto integral de políticas públicas atreladas ao próprio avanço do capital no campo, com proposta de beneficiar os trabalhadores rurais, que passam a migrar para as cidades, provocando o esvaziamento do campo e a conseqüente favelização dos centros urbanos, constituindo sério problema para o Estado, que na busca de amenizá-lo, viabiliza política de fixação do homem ao meio rural, no entendimento de Corrágio¹⁰. *“As políticas sociais, destinadas a aliviar a pobreza extrema, têm sido desenhadas para se contrapor aos efeitos sociais e políticos da globalização desigual, embora se projetam sob o grande guarda-chuva do paradigma de desenvolvimento humano”.*

Historicamente o Brasil é dono de uma dívida social que perpassa um tecido social composto por segmentos incluídos na economia formal, porém com renda inferior a de muitos países da América Latina considerados mais pobres. Amplos segmentos que estão abaixo da linha de pobreza, que segundo o IPEA, estão acima de 30 milhões de pessoas. Dados mais recentes, trazidos a público no último processo eleitoral, apontam para mais de 50 milhões de brasileiros estão vivendo nestas condições, ampliando o fosso da exclusão social. Parcela importante desse amplo segmento social encontra-se na zona rural brasileira, notadamente no Nordeste semi-árido.

⁹ SILVA, Antonio Mendes. As Políticas e suas Relações com as Organizações Populares.

¹⁰ CORRAGIO, Jose Luis. Desenvolvimento Humano e Política Educativa na cidade Latina Americana.

A pouca atenção oriunda das políticas públicas, e os inexpressivos resultados advindos dos programas que focam este público alvo, aparecendo desta maneira como uma das importantes pontas do problema. Na busca e minimizar esse problema vê-se iniciativas em todos os campos sociais, notadamente através de políticas de intervenção setoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto percebe-se que a questão social vem assumindo novas e variadas formas de expressão, alcançando uma dimensão mais ampla do início do século XXI aos dias atuais. As novas relações sociais determinadas pela mundialização de capital, tem contribuído de forma significativa para o enfraquecimento e desmobilização dos movimentos sociais que lutam pela garantia dos direitos sociais e cidadania. Os sindicatos que antes lutavam por melhores condições sociais para as classes trabalhadoras, hoje lutam pela manutenção do emprego, apenas o movimento dos trabalhadores sem terra (MST) mostra-se com forte poder de reivindicações dos seus direitos.

No Brasil apesar da existência de várias organizações da sociedade civil organizada, ainda não contamos com movimentos sociais que efetivamente estabeleça uma correlação de forças com o poder público. Esses movimentos ressurgem apenas em alguns momentos no cenário social e político e na maioria das vezes para defender seus interesses enquanto grupos isolados.

Essa desmobilização dos movimentos sociais vem ocorrendo em toda a América Latina e também no Brasil apesar da exclusão social a que está submetida a classe trabalhadora a nítida desorganização e o medo do desemprego que atinge a classe média onde o capital financeiro internacional determina as regras do jogo econômico e as ênfases das políticas públicas, os movimentos sociais populares, bastante desenvolvidos nos anos 90, começam a se organizar e buscar outros formatos de lutas, menos reivindicados e mais propositivos.

As políticas públicas apresentam caráter seletivo e assistencialista, são programas emergenciais descontínuos, visam atender carências pontuais, destinam-se as camadas sociais mais carentes, que vivem em situação de extrema pobreza e exclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Geografia e a Questão Social**. Recife. Ed. da UFPE, 1997.

CASTEL, Roberto. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998. CEDEC

FALEIROS, Vicente de Paula. **Natureza e Desenvolvimento das Políticas Sociais no Brasil**. In: Caderno CEAD N° 03, Brasília. UnB, 1999.

CORRAGIO, Jose Luis. **Desenvolvimento Humano e Política Educativa na cidade Latina Americana**. Revista Temas em Educação. N° 4. João Pessoa – Universitária/UFPB, 1995

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo. Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Classes Sociais e Movimentos Sociais**. In: Caderno CEAD N° 03, Brasília. UnB, 1999.

MARTINS, Jose de Sousa. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **A Questão Social e a Reestruturação das Políticas Sociais**. In: Caderno CEAD N° 03, Brasília. UnB, 1999.

SILVA, Antonio Mendes. **As Políticas e suas Relações com as Organizações Populares: O Caso das Associações de Moradores de Cordeiro e Povo Único**. João Pessoa. UFPB, 1984.

SPOZATI, Aldaíza. **Globalização da Economia e Processos de Exclusão Social**. In: Caderno CEAD N° 03, Brasília. UnB, 1999.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. 2ª ed. Porto Alegre. Ed. Da Universidade, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. 6ª ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

WANDERLEI, Mariângela Belfiore. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo. EDUC, 1997.